

Processo de Trabalho: Versão da GGR:	Macroprocesso das Contratações 2.0	DED: <<Preencha se houver>>
---	--	------------------------------------

Fase de Estabelecer Contexto

Identificar quais objetivos ou resultados devem ser alcançados pelo TRT15	Garantir que a contratação seja efetivada conforme planejado.
---	---

Identificar se o processo de trabalho é relevante para o alcance dos objetivos ou resultados (preencher com Sim ou Não; Se Sim, continuar gestão de riscos do processo de trabalho (ou projeto), se Não, desnecessária a gestão de riscos)	Sim
--	-----

Identificar as pessoas envolvidas nesse processo de trabalho (ou projeto) e especialistas na área	Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
	Elisa Beatriz Livoratti da Rosa Moura
	Danielle Alves Borba

Mapear os principais fatores internos e externos que podem afetar o alcance dos objetivos ou resultados (matriz SWOT)	Fatores internos e positivos	Padronização dos procedimentos Controles internos implementados Elaboração de normativos internos Governança das contratações Equipe comprometida Cursos de Capacitação
	Fatores internos e negativos	Falta de sistema automatizado integrado para monitorar todas as fases da contratação. Déficit de pessoal.
	Fatores externos e positivos	Troca de experiência com outros Regionais Fomento à governança de contratações na nova Lei de Licitações e nas diretrizes normativas expedidas pelo CNJ, TCU e CSJT
	Fatores externos e negativos	Alterações constantes na legislação aplicada a licitações e contratos Ambiente econômico instável Contingenciamento orçamentário

Fase da contratação	ID	Definir os objetos de gestão de risco mais relevantes para o TRT15	Definir os objetivos ou resultados de cada objeto
FASE CONFEÇÃO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	1.1	Confeção do Plano de Contratações Anual	Evitar aquisições dispersas, compatibilidade de demandas para a eficiência das aquisições
	1.2	Execução do Plano de Contratações Anual	Acompanhar o andamento das contratações dentro dos prazos previstos
	1.3	Publicação do PCA no PNCP	Publicar o PCA no PNCP
FASE DE PLANEJAMENTO	1.4	Elaboração do Documento de formalização de demanda (DFD)	Preencher adequadamente o DFD
	1.5	Planejamento das contratações	Concluir a etapa de planejamento em tempo adequado
	1.6	Parcelamento ou agrupamento da contratação	Justificar o parcelamento ou agrupamento da contratação
	1.7	Objetivos Estratégicos e PLS	Alinhar as contratações com os objetivos estratégicos e PLS
	1.8	Orçamento para a contratação	Dispor de orçamento adequado
	1.9	Equipe de planejamento	Nomear equipe de planejamento para acompanhamento dos estudos
	1.10	Corpo técnico da equipe de contratações	Ter corpo técnico adequado e qualificado da equipe de contratações
	1.11	Elaboração do ETP/TR	Elabor o ETP/TR com especificações adequadas
	1.12	Sanções da contratação	Definir adequadamente as sanções da contratação no ETP
	1.13	Garantia da contratação	Definir adequadamente a garantia da contratação no ETP
	1.14	Tratamento de dados pessoais da contratação	Definir adequadamente os requisitos relacionados ao tratamento de dados pessoais
	1.15	Correção do ETP/TR	Corrigir as informações no ETP/TR após análise dos integrantes da Equipe de planejamento da contratação
	1.16	Fase de planejamento	Finalizar a análise do processo na fase de planejamento em tempo padrão
	1.17	Pesquisa de mercado	Elaborar o ETP/TR com pesquisa de mercado adequada
	1.18	Sistema de registro de preços	Verificar possibilidade de compra compartilhada
	1.19	Valor estimado	Ratificar o valor estimado da contratação pela área gestora/demandante
FASE SELEÇÃO	1.20	Confeção do edital	Finalizar a confeção do edital em tempo padrão
	1.21	Análise do Parecer da Assessoria Jurídica	Garantir que a minuta do edital seja devidamente saneada com base nos apontamentos da área jurídica
	1.22	Criar disputa no sistema	Elaborar a disputa no sistema Comprasnet de forma a garantir a melhor realização do procedimento licitatório.
	1.23	Transparência e publicidade	Garantir o cumprimento da transparência e da publicidade necessárias e obrigatórias ao procedimento licitatório
	1.24	Pedidos de esclarecimento e/ou impugnações	Evitar pedidos de esclarecimento e/ou impugnações no certame

FORNECEDOR	1.25	Proposta do licitante	Manter o licitante a sua proposta
	1.26	Habilitação fiscal, trabalhista, legal	Cumprir os requisitos fiscais, trabalhistas e legais da habilitação
	1.27	Preço Adequado	Contratar com preço adequado
	1.28	Procedimento licitatório	Finalizar o procedimento licitatório
	1.29	Licitantes	Participar de forma adequada no certame
	1.30	Fase de seleção do fornecedor	Encerrar a fase de seleção do fornecedor em data adequada
	1.31	Código de ética e Política de Integridade das Contratações	Atender as determinações do Código de ética e da Política de Integridade das Contratações
FASE MONITORAMENTO PCA E PLANO DE CAPACITAÇÃO	1.32	Monitoramento do Plano de Contratações Anual	Realizar a análise dos resultados das contratações
	1.33	Plano de capacitação Anual	Capacitar os integrantes das áreas das contratações
FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	1.34	Recebimento do objeto	Receber o objeto adequadamente
	1.35	Prestação do serviço contratado	Verificar para que a prestação do serviço contratado ocorra de maneira satisfatória/eficiente
	1.36	Qualificação econômico-financeira	Verificar o atendimento das condições econômicas para prestação dos serviços
	1.37	Legislação trabalhista nos contratos com cessão de mão de obra	Verificar a observância da legislação trabalhista nos contratos com cessão de mão de obra
	1.38	Capacidade econômica da contratada para cumprimento das obrigações	Verificar a capacidade econômica da contratada para cumprimento das obrigações
	1.39	Obrigações contratuais	Verificar o cumprimento das obrigações contratuais
	1.40	Pagamento da contratada	Realizar o pagamento da contratada
	1.41	Pagamento da contratada	Pagar sem atraso da contratada
	1.42	Pagamento salários	Realizar o pagamento de salários nos contratos com cessão de mão de obra
	1.43	Prorrogação contratual	Realizar o processamento da prorrogação contratual em tempo hábil
	1.44	Prorrogação contratual	Realizar a prorrogação contratual
	1.45	Tratamento de dados pessoais da contratação	Cumprir a LGPD
	1.46	Prazo de entrega do objeto	Cumprir prazo de entrega do material ou da prestação do serviço.
	1.47	Fiscalização contratual	Realizar a fiscalização contratual
	1.48	Aplicação de penalidades	Observar o devido processo legal e contraditório na aplicação de penalidades
	1.49	Equipe de fiscalização	Evitar conflito de interesses da equipe de fiscalização
	1.50	Manutenção das condições de habilitação pactuadas à época da licitação	Manter as condições de habilitação pactuadas à época da licitação
	1.51	Cumprimento das obrigações contratuais	Cumprir as obrigações contratuais

		Processo de Trabalho:	Macroprocesso das Contratações					
		Versão da GGR:	2.0				DED:	<<Preencha se houver>>
Fases de Identificar, Analisar e Avaliar Riscos								
Fase da contratação	ID	Identificar	Analisar	Avaliar				
		Identificar						
		Identificar com clareza os objetivos ou resultados (copiar os objetivos da célula E22 em diante, aba "Estabelecer Contexto")	Listar, para cada objetivo ou resultado, os riscos que possam vir a impactar negativamente no seu alcance (um risco em cada linha)	Descrever como cada risco impacta o objetivo ou resultado a ele associado	Avaliar a probabilidade de ocorrência do risco (rara, pouco provável, provável, muito provável, praticamente certa).	Avaliar o impacto do risco sobre o objetivo ou resultado (muito baixo, baixo, médio, alto, muito alto)	Definir o nível do risco com base na matriz probabilidade x impacto (25 níveis de risco) - Preencher com o número do nível de risco (ver matriz na Metodologia de Gestão de Riscos e achar o nível respectivo)	Priorizar riscos (preencher com "Priorizado") - De nível 20 a 25, deverá obrigatoriamente ser priorizado. De 7 a 19 poderá ser priorizado (critério do Gestor).
FASE CONFEÇÃO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	1.1	Evitar aquisições dispersas, compatibilidade de demandas para a eficiência das aquisições	Ausência de confecção do Plano de Contratações Anual Não aglutinação/compatibilidade de objetos similares no PCA Não inclusão do Item no PCA	Aquisições dispersas que impactam na ausência de priorização de demandas e compatibilidade de demandas parecidas com consequente ineficiência nas aquisições	2	4	14	Priorizado
	1.2	Acompanhar o andamento das contratações dentro dos prazos previstos	Não cumprimento dos prazos estipulados no calendário das contratações; Falta de planejamento na contratação Inércia ou demora no planejamento das contratações, falta de monitoramento e critérios de avaliação sobre as metas e objetivos da instituição	Atraso na contratação e consequentemente no restante das etapas, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial. Não utilização da dotação orçamentária reservada para a contratação;	4	5	24	Priorizado
	1.3	Publicar o PCA no PNCP	Item de contratação do PCA não publicado no PNCP.	Não cumprimento da legislação que exige a publicação no PNCP	1	5	15	---
FASE DE PLANEJAMENTO	1.4	Preencher adequadamente o DFD	DFD inexistente, insuficiente ou inadequado.	Não elaboração de DFD com especificações adequadas que podem gerar retrabalho, dificuldade de verificar se consta o item do PCA e demais requisitos, atraso na contratação	1	4	10	Priorizado
	1.5	Concluir a etapa de planejamento em tempo adequado	Inércia ou demora na abertura de processo de contratação, não cumprimento do prazo previsto no PCA para o encaminhamento da demanda	Atraso na etapa de planejamento e consequentemente no restante das etapas, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	4	5	24	Priorizado
	1.6	Justificar o parcelamento ou agrupamento da contratação	Ausência ou insuficiência de justificativa para o parcelamento ou agrupamento da contratação.	Restrição à competitividade; fracionamento indevido de despesas; escolha inadequada da modalidade de licitação; responsabilização; anulação do procedimento licitatório	2	4	14	---
	1.7	Alinhar as contratações com os objetivos estratégicos e PLS	Inobservância ao PEI e ao PLS por falta de direcionamento dos envolvidos na contratação, falta de priorização de demandas relevantes ao atingimento das metas do órgão	Contratações fora do escopo, ineficazes ou que trazem prejuízos às metas da instituição	1	4	10	Priorizado
	1.8	Dispor de orçamento adequado	Indisponibilidade orçamentária para demandas específicas	Sem disponibilidade orçamentária fica inviabilizada a contratação	2	3	9	---
	1.9	Nomear equipe de planejamento para acompanhamento dos estudos	Ausência de nomeação de equipe de planejamento das contratações	Não indicação de integrantes pode prejudicar a fase de planejamento, atrasar a confecção dos documentos ou gerar documentos com especificações inadequadas ou que restrinjam a competição	2	3	9	---
	1.10	Ter corpo técnico adequado e qualificado da equipe de contratações	Reduzido corpo técnico qualificado, com conhecimento insuficiente para definir uma solução adequada	Morosidade processual, inexecução das contratações, ineficiência nos gastos públicos	4	4	21	Priorizado
	1.11	Elaborar o ETP/TR com especificações adequadas	Elaboração do ETP/TR com especificações incompletas, requisitos insuficientes ou indevidamente restritivos da competitividade, informações incompletas ou mal detalhadas	Não elaboração de ETP/TR com especificações adequadas que podem gerar retrabalho, dificuldade de obtenção de solução para a necessidade, aumento do custo do objeto, aumento do tempo padrão das etapas da contratação	3	4	18	Priorizado
	1.12	Definir adequadamente as sanções da contratação no ETP	Desproporcionalidade na definição de sanção.	Nulidade do ato sancionador; violação de princípios; judicialização da sanção	1	5	15	Priorizado
	1.13	Definir adequadamente a garantia da contratação no ETP	ETP não prevê ou não trata da exigência de garantia para objetos complexos e/ou de grande impacto para o órgão.	Inadimplência contratual; dificuldade na recomposição do dano pela Administração; Necessidade de readequação do edital	2	5	19	Priorizado
	1.14	Definir adequadamente os requisitos relacionados ao tratamento de dados pessoais	Falta de previsão e/ou deficiência na definição dos requisitos relacionados ao tratamento de dados pessoais no Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência ou Edital	Violação à LGPD; Risco à privacidade e segurança dos titulares de dados; Responsabilização do órgão; Danos reputacionais; Judicialização e indenização	3	4	18	Priorizado
	1.15	Corrigir as informações no ETP/TR após análise dos integrantes da Equipe de planejamento da contratação	Não correção de itens pela área gestora/demandante, correção inadequada	Retrabalho, dificuldade de obtenção da solução adequada ao atendimento da necessidade, aumento do tempo padrão da contratação	2	4	14	Priorizado
	1.16	Finalizar a análise do processo na fase de planejamento em tempo padrão	Atraso na finalização da análise dos documentos	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	2	4	14	Priorizado
	1.17	Elaborar o ETP/TR com pesquisa de mercado adequada	Pesquisa de mercado inadequada (ausência cesta de preços, ausência de normativo interno do procedimento); Orçamento base não reflete o preço de mercado	Direcionamento da licitação com consequente aumento do valor a ser contratado, licitação deserta ou fracassada com consequente retrabalho	3	4	18	Priorizado
	1.18	Verificar possibilidade de compra compartilhada	Não envio de mensagem para TRT2 ou PRT15 ou não responder intenção de registro de preços enviada para compra compartilhada	Não realização de compras compartilhadas que pressem pela economicidade/eficiência dos recursos públicos	2	4	14	Priorizado
	1.19	Ratificar o valor estimado da contratação pela área gestora/demandante	Ausência de ratificação e realização da licitação com valor estimado indevido	A não ratificação do valor estimado pode ocasionar o direcionamento da licitação com consequente aumento do valor a ser contratado, licitação deserta ou fracassada com consequente retrabalho	2	4	14	Priorizado
	1.20	Finalizar a confecção do edital em tempo padrão	Atraso na finalização da minuta do edital	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	2	4	14	Priorizado
	1.21	Garantir que a minuta do edital seja devidamente saneada com base nos apontamentos da área jurídica	Falha no edital e na disputa a ser realizada por equívoco nos requisitos da disputa e da delimitação do objeto	Questionamentos de licitantes e/ou possibilidade de recursos, atrasando ou cancelando a licitação ou aquisição / contratação de objeto inadequado.	2	3	9	---
	1.22	Elaborar a disputa no sistema Comprasnet de forma a garantir a melhor realização do procedimento licitatório.	Falha na delimitação da disputa no COMPRAS.GOV	Equívoco na disputa, questionamentos de licitantes, possibilidade de recursos, atraso na licitação e/ou possibilidade de cancelamento ou anulação.	2	3	9	---

FASE SELEÇÃO FORNECEDOR	1.23	Garantir o cumprimento da transparência e da publicidade necessárias e obrigatórias ao procedimento licitatório	Falha na divulgação do edital e anexos (PNCP, extrato no DOU, jornal de grande circulação, sítio do órgão) - Art. 53, Lei 14.133/2024, bem como publicação dos documentos do certame no Portal Transparência	Cancelamento ou anulação do procedimento licitatório.	1	5	15	Priorizado
	1.24	Evitar pedidos de esclarecimento e/ou impugnações no certame	Recebimento de pedidos de esclarecimento e/ou impugnações	Atraso na contratação, retrabalho com o recebimentos de tais pedidos	2	3	9	Priorizado
	1.25	Manter o licitante a sua proposta	Propostas dos licitantes não mantidas após a fase de lances	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial, fracasso da licitação, retrabalho	2	4	14	Priorizado
	1.26	Cumprir os requisitos fiscais, trabalhistas e legais da habilitação	Contratação de licitante com restrições fiscais, trabalhistas e/ou legais de habilitação	Descumprimento da legislação, apuração de penalidade	1	4	10	Priorizado
	1.27	Contratar com preço adequado	Contratação com sobrepreço ou preço inexequível.	Ilegalidade, anulação da licitação. Responsabilização e penalidades. Sobrepreço ou superfaturamento. Atraso na contratação, retrabalho, republicação	1	4	10	---
	1.28	Finalizar o procedimento licitatório	Fracasso na licitação ou ocorrência de licitação deserta	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial, bem como retrabalho, republicação de licitação	2	4	14	Priorizado
	1.29	Participar de forma adequada no certame	Conluio entre os licitantes	Ilegalidade, anulação da licitação. Responsabilização e penalidades. Sobrepreço ou superfaturamento. Atraso na contratação, retrabalho, republicação	1	5	15	Priorizado
	1.30	Encerrar a fase de seleção do fornecedor em data adequada	Conclusão da fase de seleção do fornecedor após a data em que deveria ser iniciada a prestação dos serviços ou fornecimento de materiais	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	2	4	14	Priorizado
	1.31	Atender às determinações do Código de ética e da Política de Integridade das Contratações	Contratação realizada em desacordo com as diretrizes que tratam as normas de ética e integridade.	Descumprimento do Código de Ética e do plano de Integridade. Responsabilização e penalidades. Nulidade da contratação	2	5	19	Priorizado
	1.32	Realizar a análise dos resultados das contratações	Não realização do controle da execução do PCA e falta de dados para analisar os resultados	Sem o levantamento dos dados das contratações não é possível realizar a análise dos resultados e sanear desvios, tratar exceções, indicar prioridades	3	4	18	Priorizado
FASE MONITORAMENTO PCA E PLANO DE CAPACITAÇÃO	1.33	Capacitar os integrantes das áreas das contratações	Falta de capacitação adequada	Desconhecimento de diplomas legais que norteiam a contratação gerando retrabalho, morosidade para instrução processual e insegurança legal	2	4	14	Priorizado
FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	1.34	Receber o objeto adequadamente	Recebimento indevido do objeto	Dano ao erário; responsabilização do fiscal ou gestor do contrato; descumprimento contratual pelo fornecedor; comprometimento da qualidade do serviço	1	4	10	---
	1.35	Verificar para que a prestação do serviço contratado ocorra de maneira satisfatória/eficiente	Serviço prestado de maneira insatisfatória/ineficiente	Não atendimento da demanda ou descontinuidade do serviço, atraso na execução contratual, necessidade de realizar nova contratação	2	5	19	Priorizado
	1.36	Verificar o atendimento das condições econômicas para prestação dos serviços	Descumprimento das condições econômicas para prestação dos serviços	Descontinuidade de serviços, atraso na execução contratual	1	4	10	--
	1.37	Verificar a observância da legislação trabalhista nos contratos com cessão de mão de obra	Descumprimento da legislação trabalhista nos contratos com cessão de mão de obra	Descontinuidade de serviços, dano à imagem institucional; prejuízo ao clima organizacional; ilegalidade. Rescisão contratual. Contratação de remanescente ou contratação emergencial.	2	5	19	Priorizado
	1.38	Verificar a capacidade econômica da contratada para cumprimento das obrigações	Incapacidade econômica da contratada para cumprimento das obrigações da contratação	Rescisão contratual. Contratação de remanescente ou contratação emergencial	3	4	18	Priorizado
	1.39	Verificar o cumprimento das obrigações contratuais	Descumprir reiteradamente as obrigações contratuais	Perda das condições de habilitação da contratada durante a execução; descontinuidade abrupta dos serviços, rescisão contratual e contratação emergencial, nova licitação	1	4	10	----
	1.40	Realizar o pagamento da contratada	Pagamento indevido.	Prejuízo na execução contratual; ônus ao erário; (multas ao Tribunal), dano à imagem institucional, descontinuidade dos serviços	1	4	10	----
	1.41	Pagar sem atraso da contratada	Atraso no pagamento da contratada	Prejuízo na execução contratual; ônus ao erário; (multas ao Tribunal), dano à imagem institucional, descontinuidade dos serviços	1	4	10	----
	1.42	Realizar o pagamento de salários nos contratos com cessão de mão de obra	Falta de pagamento salários nos contratos com cessão de mão de obra	Interrupção da prestação dos serviços; necessidade de realização do pagamento direto das obrigações dos colaboradores pelo TRT	2	5	19	Priorizado
	1.43	Realizar o processamento da prorrogação contratual em tempo hábil	Perda de prazo para renovação de contrato ou de Ata de Registro de Preços.	Término do contrato sem prorrogação; descontinuidade abrupta dos serviços, contratação emergencial, nova licitação	2	4	14	Priorizado
	1.44	Realizar a prorrogação contratual	Recusa da prorrogação por parte da contratada.	Término do contrato sem prorrogação, descontinuidade abrupta dos serviços, contratação emergencial, nova licitação	2	4	14	Priorizado
	1.45	Cumprir a LGPD	Descumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).	Responsabilização e penalidades. Danos à imagem e reputação	1	4	10	----
	1.46	Cumprir prazo de entrega do material ou da prestação do serviço.	Atraso na entrega do material ou na prestação do serviço.	Aplicação de sanções administrativas ao contratado; Rescisão contratual; Retenção de pagamentos e execução de garantias; instauração de processo de apuração de responsabilidade	3	4	18	Priorizado
	1.47	Realizar a fiscalização contratual	Ineficiência e/ou ineficácia da fiscalização contratual. Ausência de competência do fiscal	Execução inadequada do objeto contratado; Pagamento indevido ou superfaturamento; Responsabilização do fiscal ou gestor do contrato	1	4	10	----
	1.48	Observar o devido processo legal e contraditório na aplicação de penalidades	Não observância do devido processo legal e contraditório no processo de aplicação de sanções.	Nulidade da sanção aplicada; Responsabilização do agente público; Judicialização do ato sancionador; Violação de princípios	1	4	10	----
	1.49	Evitar conflito de interesses da equipe de fiscalização	Conflito de interesses por parte da equipe de fiscalização	Nulidade de atos praticados pela fiscalização; Responsabilização do agente público envolvido; Dano à imagem institucional; Judicialização e ações de reparação	2	4	14	Priorizado
	1.50	Manter as condições de habilitação pactuadas à época da licitação.	A contratada não manter as condições de habilitação pactuadas à época da licitação.	Rescisão contratual. Contratação de remanescente ou contratação emergencial; Aplicação de sanções administrativas	3	4	18	Priorizado

	1.51	Cumprir as obrigações contratuais	Descumprimento total ou parcial do pactuado pela contratada	Aplicação de sanções administrativas ao contratado; Rescisão contratual; Retenção de pagamentos e execução de garantias; Instauração de processo de apuração de responsabilidade	1	4	10	----
--	------	-----------------------------------	---	--	---	---	----	------

Processo de Trabalho:		Macroprocesso das Contratações					
Versão da GGR:		2.0				DED: <<Preencha se houver>>	
Fase de Tratar Riscos Priorizados							
Fase da contratação	ID	Listar os riscos que foram priorizados (copiar os riscos respectivos, célula D9 em diante, da aba "Fases de Identificar, Analisar e Avaliar Riscos")	Identificar as causas dos riscos priorizados	Identificar as consequências dos riscos priorizados	Registrar as possíveis medidas de resposta ao risco, após levantadas as causas e consequências	Avaliar a viabilidade da implantação dessas medidas (custo-benefício, viabilidade técnica, tempestividade, efeitos colaterais do tratamento)	Decidir quais serão implementadas (as medidas devem atacar as causas e amenizar os impactos)
FASE CONFEÇÃO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	1.1	Ausência de confecção do Plano de Contratações Anual Não aglutinação/compatibilidade de objetos similares no PCA Não inclusão do item no PCA	Falta de planejamento, Ausência de Plano de Contratações Anual (PCA), falta de análise das demandas na construção do PCA	Aquisições dispersas que impactam na ausência de priorização de demandas e compatibilidade de demandas parecidas	- Confecção do PCA com aglutinação das demandas; - Análise após abertura do processo se é possível aglutinar alguma contratação similar existente no PCA	Viável e já implementada	Implementada
	1.2	Não cumprimento dos prazos estipulados no calendário das contratações; Falta de planejamento na contratação Inércia ou demora no planejamento das contratações, falta de monitoramento e critérios de avaliação sobre as metas e objetivos da instituição	Ausência de acompanhamento do PCA e notificação das unidades demandantes; Falta da cultura do planejamento estratégico; escassez de pessoal	Atraso na contratação e consequentemente no restante das etapas, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial ; Fracionamento de despesas devido à falta de aglutinação de itens similares; descontinuidade dos serviços, utilização ineficiente do orçamento, contratação emergencial	- Monitoramento do PCA e envio de emails de cobrança das unidades demandantes; - Calendário licitatório com as datas de início e término das etapas; - Disponibilização do PCA aos gestores, áreas envolvidas com as contratações e ao público externo;	Viável e já implementada	Implementada
FASE DE PLANEJAMENTO	1.3	DFD inexistente, insuficiente ou inadequado.	Equipe de planejamento sem capacitação, utilização de DFD defasados ou inadequados para a necessidade da contratação, falta de planejamento	Não elaboração de DFD com especificações adequadas que podem gerar retrabalho, dificuldade de verificar se consta o item do PCA e demais requisitos, atraso na contratação	Elaborar modelo de DFD autoexplicativo com os requisitos necessários no sistema PROAD Devolver o DFD inadequado/insuficiente para novo preenchimento	Viável e já implementada	Implementada
	1.4	Inércia ou demora na abertura de processo de contratação, não cumprimento do prazo previsto no PCA para o encaminhamento da demanda	Ausência ou deficiência de organização e planejamento das unidades gestoras, insuficiência de recursos humanos, excesso de demandas que comprometam a força de trabalho, ausência de informações sobre a situação das contratações planejadas	Não utilização da dotação orçamentária, necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	- Monitoramento do PCA e envio de emails de cobrança das unidades demandantes; - Calendário licitatório com as datas de início e término das etapas; - Disponibilização do PCA aos gestores, áreas envolvidas com as contratações e ao público externo;	Viável e já implementada	Implementada
	1.5	Inobservância ao PEI e ao PLS por falta de direcionamento dos envolvidos na contratação, falta de priorização de demandas relevantes ao atingimento das metas do órgão	Falta da cultura do planejamento estratégico, desconhecimento da existência de tais objetivos e metas institucionais, DFD ou ETP que não constam campo obrigatório para preenchimento desses requisitos	Contratações fora do escopo, ineficazes ou que trazem prejuízos às metas da instituição	- Divulgaçãodos objetivos e metas estratégicos no sítio institucional - Dedicar campo próprio no PCA para o alinhamento da contratação ao objetivo estratégico da instituição, bem como do DFD e ETP - Estabelecer como requisito da contratação o preenchimento do alinhamento a algum objetivo estratégico	Viável e já implementada	Implementada
	1.6	Reduzido corpo técnico qualificado, com conhecimento insuficiente para definir uma solução adequada	Quadro de pessoal da Secretaria da Administração exíguo para a dimensão do TRT15	Morosidade processual, inexecução das contratações, ineficiência nos gastos públicos	Estabelecimento de prioridades entre as demandas, aprimoramento da economia processual, comunicação à alta administração sobre os riscos do escasso quantitativo dos servidores; Definir pessoas para compor a equipe com conhecimento sobre a demanda a ser atendida mediante o mapeamento das competências de potenciais servidores dentro do universo das unidades requisitantes e técnicas, e/ou capacitar pessoas para atender às competências necessárias (Plano de Capacitação).	Viável e em implantação	Em implantação
	1.7	Elaboração do ETP/TR com especificações incompletas, requisitos insuficientes ou indevidamente restritivos da competitividade, informações incompletas ou mal detalhadas	Equipe de planejamento sem capacitação, utilização de ETP/TR defasados ou inadequados para a necessidade da contratação, utilização de especificações técnicas inadequadas, inadequada definição da necessidade ou do objeto, falta de planejamento	Retrabalho na confecção do ETP/TR, vícios no TR que interfiram na licitação, dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da demanda ou diminuição da competitividade, aumento do custo do objeto, aumento do tempo padrão das etapas da contratação	- Padronização dos documentos - ETP/TR e atualização rotineira; - Indicação formal da equipe de planejamento; - Atuação da equipe de planejamento em conjunto na elaboração dos documentos; - Integrante demandante ou unidade gestora convalidando os documentos confeccionados e suas especificações; - Capacitação da equipe sobre o tema.	Viável e já implementada	Implementada
	1.8	Desproporcionalidade na definição de sanção.	Ausência de Normativo interno regulamentando as sanções; ausência de conferência da equipe de planejamento da contratação	Nulidade do ato sancionador; violação de princípios; judicialização da sanção	- Confecção de normativo interno a respeito da aplicação de penalidades - Formação de Comissão de penalidade - Revisão do ETP pela Equipe de planejamento da contratação	Viável e já implementada	Implementada
	1.9	ETP não prevê ou não trata da exigência de garantia para objetos complexos e/ou de grande impacto para o órgão.	Ausência de Normativo interno regulamentando as garantias; ausência de conferência da equipe de planejamento da contratação; ausência de campo específico no ETP a respeito do tema	Inadimplência contratual; dificuldade na recomposição do dano pela Administração; Necessidade de readequação do edital	- Confecção de normativo interno a respeito da aplicação das garantias - Revisão do ETP pela Equipe de planejamento da contratação	Viável e em implantação	Em implantação
	1.10	Falta de previsão e/ou deficiência na definição dos requisitos relacionados ao tratamento de dados pessoais no Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência ou Edital	Ausência de campo específico no ETP a respeito do tema; ausência de conferência da equipe de planejamento da contratação;	Violação à LGPD; Risco à privacidade e segurança dos titulares de dados; Responsabilização do órgão; Danos reputacionais; Judicialização e indenização	- Colocar campo para detalhamento do tratamento de dados no ETP/TR, edital ou contrato - Revisão do ETP pela Equipe de planejamento da contratação	Viável e em implantação	Em implantação
	1.11	Não correção de itens pela área gestora/demandante, correção inadequada	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, falta de comprometimento e integração da equipe de planejamento da contratação, falta de capacitação dos servidores envolvidos com contratações	Retrabalho na confecção do ETP/TR, vícios no TR que interfiram na licitação, dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da demanda ou diminuição da competitividade, aumento do custo do objeto, aumento do tempo padrão das etapas da contratação	- Capacitação dos integrantes da equipe de planejamento - Padronização dos documentos - ETP/TR e atualização rotineira com campos para preenchimento obrigatório; - Atuação da equipe de planejamento em conjunto na elaboração dos documentos; - Assinatura de todos os integrantes da equipe de planejamento da contratação para ratificação da versão final do ETP/TR;	Viável e já implementada	Implementada
	1.12	Atraso na finalização da análise dos documentos	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, não especificação do grau de prioridade dos processos de contratação.	Atraso na contratação e consequentemente no restante das etapas, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	- Acompanhamento do processo pela unidade gestora/demandante, monitoramento dos prazos do PCA e comunicação com as unidades, bem como priorização das demandas dentro do PCA.	Viável e já implementada	Implementada
	1.13	Pesquisa de mercado inadequada (ausência cesta de preços, ausência de normativo interno do procedimento); Orçamento base não reflete o preço de mercado	Volatilidade dos preços no mercado; descritivo insuficiente pelo área demandante	Fracasso/deserção do pregão e necessidade de revisão dos valores estimados e/ou do descritivo.	- Criação de normativo interno - Pesquisa ampla e documentada de preços de mercado consumidor (administração pública), de mercado fornecedor (empresas), de sítios governamentais, de publicações técnicas, inclusive preços da contratação atual/anterior. - Verificação se a pesquisa de preços atendeu aos requisitos da lei. - Ciência dos preços estimados à unidade demandante previamente à sua utilização no edital.	Viável e já implantada.	Implementada
	1.14	Não envio de mensagem para TRT2 ou PRT15 ou não responder intenção de registro de preços enviada para compra compartilhada	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, não padronização do processo	Não realização de compras compartilhadas que presem pela economicidade/eficiência dos recursos públicos	- Envio de email de intenção de registro de preços e juntada nos autos.	Viável e em implantação	Em implantação
	1.15	Ausência de ratificação e realização da licitação com valor estimado indevido	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, não padronização do processo	Direcionamento da licitação com consequente aumento do valor a ser contratado, licitação deserta ou frasscada com consequente retrabalho	- Envio da pesquisa de mercado à área gestora/demandante para atualização do ETP/TR com o valor estimado e consequente juntada nos autos do processo do referido documento com a assinatura de todos os integrantes da equipe de planejamento da contratação.	Viável e já implementada	Implementada

	1.16	Atraso na finalização da minuta do edital	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, não padronização dos documentos	Atraso na contratação e consequentemente no restante das etapas, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	- Padronização dos procedimentos, padronização dos documentos	Viável e já implementada	Implementada
	1.17	Falha na divulgação do edital e anexos (PNCP, extrato no DOU, jornal de grande circulação, sítio do órgão) - Art. 53, Lei 14.133/2024, bem como publicação dos documentos do certame no Portal Transparência	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, não preenchimento do check list de confirmação dos procedimentos	Cancelamento ou anulação do procedimento licitatório.	- Padronização dos procedimentos, padronização dos documentos - Check-list das atividades necessárias à instauração e conclusão do certame.	Viável e já implementada	Implementada
	1.18	Recebimento de pedidos de esclarecimento e/ou impugnações	Descrição incompleta da solução, inconsistências no modelo de execução contratual ou contradições no edital/TR/minuta de contrato	Atraso na contratação, retrabalho, mobilização da força de trabalho para responder tempestivamente aos pedidos apresentados, necessidade de republicação/suspensão do certame e consequente dispêndio de recursos para novas publicações, impacto na formulação das propostas e lances dos licitantes	- Padronização dos procedimentos de análise do ETP/TR e dos documentos pela equipe de planejamento da contratação, conferência de check list nas unidades envolvidas com as contratações; - Padronização dos editais e minutas de contrato, conferência e notificação das unidades quanto andamento da licitação em prazo adequado - Controle prévio de legalidade pelo setor jurídico, sobretudo de forma a evitar a restrição da competitividade.	Viável e já implementada	Implementada
FASE SELEÇÃO FORNECEDOR	1.19	Propostas dos licitantes não mantidas após a fase de lances	Baixa efetividade de procedimentos administrativos instaurados para apurar conduta de licitantes, desconhecimento dos licitantes quanto aos termos do edital	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial, retrabalho	- Previsão editalícia de penalização para tal conduta conforme Lei nº 14133/2021, alerta aos licitantes no chat da sessão pública sobre a ilegalidade da não manutenção da proposta apresentada na licitação e da instauração de procedimento administrativo.	Viável e já implementada	Implementada
	1.20	Contratação de licitante com restrições fiscais, trabalhistas e/ou legais de habilitação	Baixa efetividade de procedimentos administrativos instaurados para apurar conduta de licitantes, desconhecimento dos licitantes quanto aos termos do edital	Impedimento de contratar, atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial, retrabalho	- Adoção de Check-list dos requisitos de habilitação. - Análise pela unidade técnica ou demandante, se for o caso.	Viável e já implementada	Implementada
	1.21	Fracasso na licitação ou ocorrência de licitação deserta	Especificações do ETP/TR muito restritivas ou que não existem no mercado, pesquisa de preços que resulte em preço estimado/inadequado, ausência de interesse das empresas em participar do certame, prazo insuficiente de publicidade do edital	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial, bem como retrabalho, republicação de licitação	- Exigência de critérios mínimos dentro dos formulários de ETP/TR, padronização dos procedimentos de análise do ETP/TR e dos documentos pela equipe de planejamento da contratação, bem como metodologia e normativo do procedimento de pesquisa de preços - conferência de check list nas unidades envolvidas com as contratações, conferência e notificação das unidades quanto andamento da licitação em prazo adequado - Controle prévio de legalidade pelo setor jurídico	Viável e já implementada	Implementada
	1.22	Conluio entre os licitantes	Baixa efetividade de procedimentos administrativos instaurados para apurar conduta de licitantes Falta de capacitação dos agentes de contratação	Ilegalidade, anulação da licitação. Responsabilização e penalidades. Sobrepreço ou superfaturamento. Atraso na contratação e pregoeiros	Análise pelo Pregoeiro dos dados cadastrais dos participantes, considerando os riscos do objeto e o comportamento inadequado dos licitantes. Capacitação constante dos agentes de contratação e pregoeiros	Viável e já implementada	Implementada
	1.23	Conclusão da fase de seleção do fornecedor após a data em que deveria ser iniciada a prestação dos serviços ou fornecimento de materiais	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos documentos, não padronização do processo, não observância dos prazos fixados para as unidades em todas as etapas do processo, ausência de priorização das demandas	Atraso na contratação, podendo inclusive gerar a necessidade de prorrogação excepcional ou contratação emergencial	- Confeção do calendário das contratações, monitoramento dos prazos com reuniões e e-mails de cobrança dos prazos, repriorização de demandas nas unidades de maneira a concentrar os esforços das unidades nas tarefas das licitações com prazos a serem cumpridos	Viável e já implementada	Implementada
	1.24	Contratação realizada em desacordo com as diretrizes que tratam as normas de ética e integridade.	Não adoção de medidas para ciência e implementação do Código de Ética e da Política de Integridade das Contratações	Descumprimento do Código de Ética e do plano de Integridade. Responsabilização e penalidades. Nulidade da contratação	Exigência de declaração por parte dos licitantes e agentes envolvidos na contratação dos requisitos do Código de Ética e da Política de Integridade das Contratações. Divulgação do Código de Ética e da Política de Integridade das Contratações aos fornecedores e seus colaboradores, terceirizados e servidores. Canal de denúncia	Viável e em implementação	Em implementação
FASE MONITORAMENTO PCA E PLANO DE CAPACITAÇÃO	1.25	Não realização do controle da execução do PCA e falta de dados para analisar os resultados	Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores que realizam análise dos dados, não padronização do processo	Sem o levantamento dos dados das contratações não é possível realizar a análise dos resultados e sanear desvios, tratar exceções, indicar prioridades	- Estipular prazos de levantamento dos dados, priorizar essa demanda para ser realizada	Viável e já implementada	Implementada
	1.26	Falta de capacitação adequada	Falta de orçamento, falta de planejamento, ingressos de novos servidores ainda não capacitados, rotatividade de servidores	Desconhecimento de diplomas legais que norteiam a contratação gerando retrabalho, morosidade para instrução processual e insegurança legal	- Ações de capacitação, promoção de cursos in company customizados para a instituição, participação em cursos e palestras, reserva de orçamento para o plano de capacitação para gestão de contratações - Exigência de capacitação para atividade de pregoeiro/agente de contratação.	Viável e já implementada	Implementada
FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	1.27	Serviço prestado de maneira insatisfatória/ineficiente	Processo de seleção do fornecedor sem inclusão de atestados de capacidade, sem penalidades incluídas	Não atendimento da demanda ou descontinuidade do serviço, atraso na execução contratual, necessidade de realizar nova contratação	- Solicitação de atestados de capacidade técnica no certame; verificação periódica da manutenção das condições do edital; aplicação de penalidades à contratada e rescisão contratual;	Viável e já implementada	Implementada
	1.28	Descumprimento da legislação trabalhista nos contratos com cessão de mão de obra	Capacitação insuficiente; fiscalização deficitária falta de listas de verificação e padronização de procedimentos, falta de organização da empresa de contabilidade contratada	Descontinuidade de serviços, dano à imagem institucional; prejuízo ao clima organizacional; ilegalidade, responsabilização subsidiária da Administração no caso de processo trabalhista	Contratação de empresa especializada para auxiliar na fiscalização das obrigações trabalhistas nos contratos de terceirização; acompanhamento dos recolhimentos por amostragem; caso necessário pagamento direto das verbas trabalhistas, utilização da conta vinculada	Viável e já implementada	Implementada
	1.29	Incapacidade econômica da contratada para cumprimento das obrigações da contratação	Problemas econômicos, proposta com preço muito baixo	Rescisão contratual. Contratação de remanescente ou contratação emergencial	Rescisão contratual. Contratação de remanescente ou contratação emergencial	A ser implementada quando da ocorrência	Em implementação
	1.30	Falta de pagamento salários nos contratos com cessão de mão de obra	Seleção de fornecedor sem condições de cumprir as exigências contratuais	Interrupção da prestação dos serviços; necessidade de realização do pagamento direto das obrigações dos colaboradores pelo TRT	Contratação de empresa especializada para auxiliar na fiscalização das obrigações trabalhistas nos contratos de terceirização; acompanhamento dos recolhimentos por amostragem; caso necessário pagamento direto das verbas trabalhistas, realização de reuniões com a empresa em caso de verificação de inadimplimento e consequente penalização prevista no edital/contrato, utilização da conta vinculada e pagamento direto dos colaboradores	Viável e já implementada	Implementada
	1.31	Perda de prazo para renovação de contrato ou de Ata de Registro de Preços.	Quadro de pessoal exíguo, falta de monitoramento pela área demandante, inobservância ao prazo de vigência da execução, falta de monitoramento do PCA	Término do contrato sem prorrogação, descontinuidade abrupta dos serviços, contratação emergencial, nova licitação	Estabelecimento de prazo mínimo hábil de consulta/manifestação acerca de interesse na renovação contratual, considerando a complexidade e continuidade da contratação; incluir no Plano de Contratações Anual as contratações que devem ser prorrogadas. Monitoramento do PCA, alerta ao calendário da contratação, notificação aos envolvidos na contratação	Viável e já implementada	Implementada
	1.32	Recusa da prorrogação por parte da contratada.	Falta de interesse da contratada em prorrogar o contrato	Término do contrato sem prorrogação, descontinuidade abrupta dos serviços, contratação emergencial, nova licitação	Estabelecimento de prazo mínimo hábil de consulta acerca de interesse na prorrogação contratual para abertura de novo procedimento licitatório se o caso.	Viável e já implementada	Implementada
	1.33	Atraso na entrega do material ou na prestação do serviço.	Problemas logísticos ou operacionais da contratada; Inexecução parcial ou má gestão contratual pela empresa; Interferências externas ou imprevisíveis; Entraves regulatórios ou legais	Aplicação de sanções administrativas ao contratado; Rescisão contratual; Retenção de pagamentos e execução de garantias; Instauração de processo de apuração de responsabilidade	Acompanhamento pela fiscalização na entrega e na prestação do serviço. Estalecimento de penalidades no Edital/contrato	Viável e já implementada	Implementada
	1.34	Conflito de interesses por parte da equipe de fiscalização	Vínculos pessoais ou familiares com a contratada; Participação em decisões que favorecem diretamente a contratada; Recebimento de vantagens indevidas; Ausência de declaração formal de impedimentos e suspeições	Nulidade de atos praticados pela fiscalização; Responsabilização do agente público envolvido; Dano à imagem institucional; Judicialização e ações de reparação	Autodeclaração do fiscal de que não possui conflito. Fiscalização por equipe Abertura de canal de denúncia com a respectiva apuração.	Viável e em implementação	Em implementação

	1.35	A contratada não manter as condições de habilitação pactuadas à época da licitação.	Irregularidades fiscais, trabalhistas ou previdenciárias; Vencimento ou não renovação de documentos; Multas ou penalidades em outros contratos	Rescisão contratual. Contratação de remanescente ou contratação emergencial; Aplicação de sanções administrativas	Adoção de check-list na fiscalização. A fiscalização deve atuar para a regularização/ rescisão contratual.	Viável e já implementada	Implementada
--	------	---	--	--	---	--------------------------	--------------

Processo de Trabalho:			Macroprocesso das Contratações									
Versão da GGR: 2.0			DED: <<Preencha se houver>>									
Plano de Tratamento de Riscos												
5W2H	QUE		COMO		QUEM			QUANDO		ONDE	PORQUE	QUANTO
Fase da contratação	ID	Listar os riscos priorizados e que terão medidas de tratamento implementadas (copiar os riscos respectivos da célula C8 em diante, da aba "Tratar Riscos Priorizados")	Registrar as medidas de resposta ao risco que serão implementadas (copiar as medidas respectivas da célula F8 em diante, da aba "Tratar Riscos Priorizados")	Observação	Ferramenta utilizada	Responsável pela implementação da medida	Ação concluída? (Sim, Não, Em parte)	Início	Término	PROAD atuado (se for o caso)	Motivação (se for o caso)	Custo da implementação o da medida (se for o caso)
Processo de Trabalho:			Macroprocesso das Contratações									
Versão da GGR: 2.0			DED: <<Preencha se houver>>									
Plano de Tratamento de Riscos												
5W2H	QUE		COMO		QUEM			QUANDO		ONDE	PORQUE	QUANTO
Fase da contratação	ID	Listar os riscos priorizados e que terão medidas de tratamento implementadas (copiar os riscos respectivos da célula C8 em diante, da aba "Tratar Riscos Priorizados")	Registrar as medidas de resposta ao risco que serão implementadas (copiar as medidas respectivas da célula F8 em diante, da aba "Tratar Riscos Priorizados")	Observação	Ferramenta utilizada	Responsável pela implementação da medida	Ação concluída? (Sim, Não, Em parte)	Início	Término	PROAD atuado (se for o caso)	Motivação (se for o caso)	Custo da implementação o da medida (se for o caso)
FASE CONFECCÃO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	1.1	Ausência de confecção do Plano de Contratações Anual Não aglutinação/compatibilidade de objetos similares no PCA Não inclusão do item no PCA	- Confecção do PCA com aglutinação das demandas; - Análise após abertura do processo se é possível aglutinar alguma contratação similar existente no PCA - Republicação do PCA com os itens incluídos e excluídos	Víável e já implementada	Planilha PCA PROAD	Divisão de Governança	Sim	2018	Contínuo	Um por ano: 2018 - PA 55-13.2018 2019 - PA 55-13.2018 2020 - PA 58-31.2019 2021 - PROAD 18506/2020 2022 - PROAD 9561/2021 2023 - PROAD 8775/2022 2024 - PROAD 11338/2023 2025 - PROAD 4746/2024 2026 - PROAD 7284/2025	Evitar fracionamento das contratações, eficiência, economicidade	---
	1.2	Não cumprimento dos prazos estipulados no calendário das contratações; Falta de planejamento na contratação Inércia ou demora no planejamento das contratações, falta de monitoramento e critérios de avaliação sobre as metas e objetivos da instituição	- Monitoramento do PCA e envio de emails de cobrança das unidades demandantes; - Calendário licitatório com as datas de início e término das etapas; - Disponibilização do PCA aos gestores, áreas envolvidas com as contratações e ao público externo;	Víável e implementada	Planilha E-mail Site institucional	Divisão de Governança	Sim	janeiro/2023	Contínuo	PROAD 8775/2022 (calendário das contratações) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Monitoramento PCA, cumprimento prazos	---
	1.3	DFD inexistente, insuficiente ou inadequado.	Elaborar modelo de DFD autoexplicativo com os requisitos necessários no sistema PROAD Devolver o DFD inadequado/insuficiente para novo preenchimento	Víável e já implementada	PROAD	Divisão de Governança	Sim	janeiro/2023	Contínuo	É o documento inicial dos PROADs de contratação	Cumprimento legislação que exige preenchimento de DFD com requisitos mínimos	---
FASE DE PLANEJAMENTO	1.4	Inércia ou demora na abertura de processo de contratação, não cumprimento do prazo previsto no PCA para o encaminhamento da demanda	- Monitoramento do PCA e envio de emails de cobrança das unidades demandantes; - Calendário licitatório com as datas de início e término das etapas; - Disponibilização do PCA aos gestores, áreas envolvidas com as contratações e ao público externo;	Víável e já implementada	Planilha E-mail Site institucional	Divisão de Governança	Sim	2023	Contínuo	PROAD 8775/2022 (calendário das contratações) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Cumprimento prazos para execução do PCA	---
	1.5	Inobservância ao PEI e ao PLS por falta de direcionamento dos envolvidos na contratação, falta de priorização de demandas relevantes ao atingimento das metas do órgão	- Divulgações objetivas e metas estratégicas no site institucional - Dedicar campo próprio no PCA para o alinhamento da contratação ao objetivo estratégico da instituição, bem como do DFD e ETP - Estabelecer como requisito da contratação o preenchimento do alinhamento a algum objetivo estratégico	Víável e já implementada	Site institucional Planilha PCA normativos internos Documento de formalização de Demanda e Estudos Técnicos Preliminares	AGE Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade Divisão de Governança equipe de planejamento da contratação	Sim	2021 (criação campo preenchimento PEI e PLS)	Contínuo	Site institucional Gestão estratégica PROAD 11338/2023 Site institucional PCA 24 Manual de Contratação de Bens e Serviços	Assegurar o alinhamento estratégico das contratações	---
	1.6	Reduzido corpo técnico qualificado, com conhecimento insuficiente para definir uma solução adequada	Estabelecimento de prioridades entre as demandas, aprimoramento da economia processual, comunicação à alta administração sobre os riscos do escasso quantitativo dos servidores. Definir pessoas para compor a equipe com conhecimento sobre a demanda a ser atendida mediante o mapeamento das competências de potenciais servidores dentro do universo das unidades requisitantes e técnicas, e/ou capacitar pessoas para atender às competências necessárias (Plano de Capacitação).	Víável e em implantação	PROAD Plano de capacitação	Divisão de Governança Secretaria da Administração Diretoria Geral Secretaria da Presidência	em parte	2021	Contínuo	PROAD 19377/2021 (quantitativo CPO) PROAD 3623/2023 (quantitativo SA) PROAD 21488/2022 (otimização do macroprocesso das contratações) Mapeamento das competências Plano de Capacitação	Ampliar o corpo técnico para viabilizar contratações mais robustas, com mais estudos e planejamento	---
	1.7	Elaboração do ETP/TR com especificações incompletas, requisitos insuficientes ou indevidamente restritivos da competitividade, informações incompletas ou mal detalhadas	- Padronização dos documentos - ETP/TR e atualização rotineira; - Indicação formal da equipe de planejamento; - Atuação da equipe de planejamento em conjunto na elaboração dos documentos; - Integrante demandante ou unidade gestora convalidando os documentos confeccionados e suas especificações; - Capacitação da equipe sobre o tema.	Víável e já implementada	Modelos de documentos padronizados ETP/TR Planilha Despacho autoridade no PROAD E-mail Assinatura dos integrantes nos documentos	a) Divisão de Governança, Equipe de planejamento da contratação, Integrante demandante; b) Secretária da Administração c) Equipe de planejamento da contratação d) Integrante demandante;	Sim	2020	Contínuo	Site institucional modelos de documentos NLCC	Promover a conformidade legal, economicidade processual e contratações mais eficientes	---
	1.8	Desproporcionalidade na definição de sanção.	- Confeção de normativo interno a respeito da aplicação de penalidades - Formação de Comissão de penalidade - Revisão do ETP pela Equipe de planejamento da contratação	Víável e já implementada	Normativo interno Comissão de penalidade	Secretária da Administração/Assessoria Técnica Comissão de penalidade	Sim	2024	Contínuo	MANUAL DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS E DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	Cumprimento legislação	---
	1.9	ETP não prevê ou não trata da exigência de garantia para objetos complexos e/ou de grande impacto para o órgão.	- Confeção de normativo interno a respeito da aplicação das garantias - Revisão do ETP pela Equipe de planejamento da contratação	Víável e em implantação	Normativo Interno Atualização dos modelos de documentos padronizados ETP/TR	Divisão de Governança, Equipe de planejamento da contratação, Integrante demandante; Seção de Execução Contratual	Não	2024	2025	PROAD 12728/2024	Padronização garantias	---
	1.10	Falta de previsão e/ou deficiência na definição dos requisitos relacionados ao tratamento de dados pessoais no Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência ou Edital	- Colocar campo para detalhamento do tratamento de dados no ETP/TR, edital ou contrato - Revisão do ETP pela Equipe de planejamento da contratação	Víável e em implantação	Atualização dos modelos de documentos padronizados ETP/TR	Divisão de Governança, Equipe de planejamento da contratação	Não	2025	Contínuo	Não	Atualização dos modelos de documentos padronizados ETP/TR	---
	1.11	Não correção de itens pela área gestora/demandante, correção inadequada	- Padronização dos documentos - ETP/TR e atualização rotineira com campos para preenchimento obrigatório; - Atuação da equipe de planejamento em conjunto na elaboração dos documentos; - Assinatura de todos os integrantes da equipe de planejamento da contratação para ratificação da versão final do ETP/TR;	Víável e já implementada	Modelos de documentos padronizados ETP/TR Planilha Despacho autoridade no PROAD E-mail Assinatura dos integrantes nos documentos	a) Divisão de Governança, Equipe de planejamento da contratação, Integrante demandante; b) Secretária da Administração c) Equipe de planejamento da contratação d) Integrante demandante;	Sim	2020	Contínuo	Site institucional modelos de documentos NLCC	Promover a conformidade legal, economicidade processual e contratações mais eficientes	---

Processo de Trabalho:				Macroprocesso das Contratações									
Versão da GGR:		2.0									DED: <<Preencha se houver>>		
Plano de Tratamento de Riscos													
5W2H		QUE		COMO		QUEM		QUANDO		ONDE	PORQUE	QUANTO	
Fase da contratação	ID	Listar os riscos priorizados e que terão medidas de tratamento implementadas (copiar os riscos respectivos da célula C8 em diante, da aba "Tratar Riscos Priorizados")	Registrar as medidas de resposta ao risco que serão implementadas (copiar as medidas respectivas da célula F8 em diante, da aba "Tratar Riscos Priorizados")	Observação	Ferramenta utilizada	Responsável pela implementação da medida	Ação concluída? (Sim, Não, Em parte)	Início	Término	PROAD atuado (se for o caso)	Motivação (se for o caso)	Custo da implementação o da medida (se for o caso)	
	1.12	Atraso na finalização da análise dos documentos	- Acompanhamento do processo pela unidade gestora/demandante, monitoramento dos prazos do PCA e comunicação com as unidades, bem como priorização das demandas dentro do PCA.	Viável e já implementada	Planilha E-mail PROAD	Divisão de Governança Unidades demandantes	Sim	2022	Contínuo	PROAD 8775/2022 (calendário das contratações) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Monitoramento PCA, cumprimento prazos	---	
	1.13	Pesquisa de mercado inadequada (ausência cesta de preços, ausência de normativo interno do procedimento); Orçamento base não reflete o preço de mercado	- Criação de normativo interno - Pesquisa ampla e documentada de preços de mercado consumidor (administração pública), de mercado fornecedor (empresas), de sítios governamentais, de publicações técnicas, inclusive preços da contratação atual/anterior. - Verificação se a pesquisa de preços atendeu aos requisitos da lei. - Ciência dos preços estimados à unidade demandante previamente à sua utilização no edital.	Viável e já implantada.	PROAD assinatura dos integrantes da contratação	Seção de Licitações (Coordenadoria de Compras)	Sim	2014 e 2021 (ciência dos valores)	Contínuo	---	---	---	
	1.14	Não envio de mensagem para TRT2 ou PRT15 ou não responder intenção de registro de preços enviada para compra compartilhada	- Envio de email de intenção de registro de preços e juntada nos autos.	Viável e em implantação	E-mail	Seção de Licitações (Coordenadoria de Compras)	Sim	--	--	Em cada processo de contratação	Fomento compras compartilhadas	---	
	1.15	Ausência de ratificação e realização da licitação com valor estimado indevido	- Envio da pesquisa de mercado à área gestora/demandante para atualização do ETP/TR com o valor estimado e consequente juntada nos autos do processo do referido documento com a assinatura de todos os integrantes da equipe de planejamento da contratação.	Viável e já implementada	PROAD	Seção de Licitações (Coordenadoria de Compras)	Sim	2021 (ciência dos valores)	Contínuo	---	Ratificação do valor estimado	---	
	1.16	Atraso na finalização da minuta do edital	- Padronização dos procedimentos, padronização dos documentos	Viável e já implementada	Normativo interno PROAD	Coordenadorias de Compras, Contratos e Licitações	Sim	2023	Contínuo	Normativo interno PROAD 31077/2022 (minutas padrão)	Padronização documentos	---	
	1.17	Falha na divulgação do edital e anexos (PNCP, extrato no DOU, jornal de grande circulação, sítio do órgão) - Art. 53, Lei 14.133/2024, bem como publicação dos documentos do certame no Portal Transparência	- Padronização dos procedimentos, padronização dos documentos - Check-list das atividades necessárias à instauração e conclusão do certame.	Viável e já implementada	Check list	Coordenadorias de Licitações	Em parte	2024	Contínuo	Em cada processo de contratação	Padronização documentos	---	
	1.18	Recebimento de pedidos de esclarecimento e/ou impugnações	- Padronização dos procedimentos de análise do ETP/TR e dos documentos pela equipe de planejamento da contratação, conferência de check list nas unidades envolvidas com as contratações, padronização dos editais e minutas de contrato, conferência e notificação das unidades quanto andamento da licitação em prazo adequado	Viável e já implementada	Normativos internos PROAD planilha email reuniões semanais equipe SA	Coordenadorias de Compras, Contratos e Licitações	Sim	2023	Contínuo	Site institucional modelos de documentos NLCC plano de contratações anual PROAD 31077/2022 (minutas padrão) PROAD 8775/2022 (calendário contratações, indicadores de prazo macroprocesso) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Padronização documentos e condutas	---	
FASE SELEÇÃO FORNECEDOR	1.19	Propostas dos licitantes não mantidas após a fase de lances	- Previsão editalícia de penalização para tal conduta conforme Lei nº 14133/2021, alerta aos licitantes no chat da sessão pública sobre a legalidade da não manutenção da proposta apresentada na licitação e da instauração de procedimento administrativo.	Viável e já implementada	Normativo interno minuta edital padrão	Coordenadorias de Compras, Contratos e Licitações Comissão de penalidade	Sim	2023	Contínuo	Normativo interno penalidades	alinhamento de conduta	---	
	1.20	Contratação de licitante com restrições fiscais, trabalhistas e/ou legais de habilitação	- Adoção de Check-list dos requisitos de habilitação. - Análise pela unidade técnica ou demandante, se for o caso.	Viável e já implementada	Normativo interno minuta edital padrão Check list	Coordenadorias de Licitações	Em parte	2024	Contínuo	Em cada processo de contratação	Padronização documentos	---	
	1.21	Fracasso na licitação ou ocorrência de licitação deserta	- Exigência de critérios mínimos dentro dos formulários de ETP/TR, padronização dos procedimentos de análise do ETP/TR e dos documentos pela equipe de planejamento da contratação, bem como metodologia e normativo do procedimento de pesquisa de preços, conferência de check list nas unidades envolvidas com as contratações, conferência e notificação das unidades quanto andamento da licitação em prazo adequado	Viável e já implementada	N/A	Divisão de Governança, Coordenadorias de Compras, Contratos e Licitações	Sim	2023	Contínuo	PROAD 8775/2022 (calendário das contratações) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Padronização documentos e condutas	---	
	1.22	Conlito entre os licitantes	Análise pelo Pregoeiro dos dados cadastrais dos participantes, considerando os riscos do objeto e o comportamento inadequado dos licitantes. Capacitação constante dos agentes de contratação e pregoeiros	Viável e já implementada	Check list, capacitação Política de Integridade das Contratações	Coordenadoria de Licitações	Sim	-	Contínuo	PROADs dos certames licitatórios	Padronização documentos e condutas	---	
	1.23	Conclusão da fase de seleção do fornecedor após a data em que deveria ser iniciada a prestação dos serviços ou fornecimento de materiais	- Confeção do calendário das contratações, monitoramento dos prazos com reuniões e emails de cobrança dos prazos, repriorização de demandas nas unidades de maneira a concentrar os esforços das unidades nas tarefas das licitações com prazos a serem cumpridos	Viável e já implementada	Planilha E-mail	Divisão de Governança	Não	janeiro/2023	Contínuo	PROAD 8775/2022 (calendário contratações, indicadores prazo macroprocesso) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Monitoramento PCA, cumprimento prazos	---	
	1.24	Contratação realizada em desacordo com as diretrizes que tratam as normas de ética e integridade.	Exigência de declaração por parte dos licitantes e agentes envolvidos na contratação dos requisitos do Código de Ética e da Política de Integridade das Contratações. Divulgação do Código de Ética e da Política de Integridade das Contratações aos fornecedores e seus colaboradores, terceirizados e servidores. Canal de denúncia	Viável e em implementação	Declaração Edital ou Contrato E-mail	Divisão de Governança Coordenadoria de Licitações, Contratos, Pregões	Não	2025	Contínuo	--	Cumprimento Política de Integridade das Contratações e Código de Ética	--	
	1.25	Não realização do controle da execução do PCA e falta de dados para analisar os resultados	- Estipular prazos de levantamento dos dados, priorizar essa demanda para ser realizada	Viável e já implementada	Planilha E-mail	Divisão de Governança	Não	janeiro/2023	Contínuo	PROAD 8775/2022 (calendário contratações, indicadores prazo macroprocesso) PROAD 11338/2023 (calendário + monitoramento) PROAD 4746/2024 - PCA 2025 - envio calendário mensal e monitoramento dos andamentos mensais	Monitoramento PCA, cumprimento prazos	---	

		Plano de Comunicação					
ID	Listar os riscos priorizados e que terão medidas de tratamento implementadas (copiar os riscos respectivos da célula D7 em diante, da aba "Plano de tratamento de riscos")	Unidade a ser comunicada	Responsável pela comunicação	Método de comunicação	Objeto da comunicação	Frequência	
GERAL		Unidades demandantes; Secretaria da Administração; Alta Administração; Secretaria de Orçamento e Finanças; gestores e fiscais das contratações	Secretaria da Administração Divisão de Governança Secretaria da Presidência Diretoria Geral AGE	E-mail Memorando Ofício Proad Reunião Relatório	PCA contratações normativos	Ad Hoc (a qualquer momento) Semanal Mensal Bimestral Anual Bienal	Fase da contratação
1.1	Ausência de confecção do Plano de Contratações Anual Não aglutinação/compatibilidade de objetos similares no PCA Não inclusão do item no PCA	Divisão de Governança das Contratações e Obras; Áreas demandantes	Secretaria de Auditoria Alta administração	Proad Reunião	PCA Resolução CNJ 347/2020 Resolução CSJT 364/2023"	Anual - com atualizações trimestrais	FASE CONFEÇÃO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
1.2	Não cumprimento dos prazos estipulados no calendário das contratações	Alta Administração; Demandantes	Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad email Reunião	prazos das fases do macroprocesso da contratação	Monitoramento mensal (ou qdo necessário)	
1.3	DFD inexistente, insuficiente ou inadequado.	Demandantes	Secretaria da Administração; Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad email Reunião	Despacho para preenchimento adequado do DFD	ad Hoc	FASE DE PLANEJAMENTO
1.4	Inércia ou demora na abertura de processo de contratação, não cumprimento do prazo previsto no PCA para o encaminhamento da demanda	Demandantes	Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad email Reunião	Calendário das contratações PCA	Monitoramento contínuo PCA	
1.5	Inobservância ao PEI e ao PLS por falta de direcionamento dos envolvidos na contratação	Assessoria de Gestão Estratégica Demandantes/equipe de planejamento	Divisão de Governança das Contratações e Obras Secretaria de auditoria	Proad email Reunião	PLS PEI PCA calendário do PCA Resolução CNJ 347/2020 Resolução CSJT 364/2023	Monitoramento contínuo PCA	
1.6	Reduzido corpo técnico qualificado, com conhecimento insuficiente para definir uma solução adequada	Alta administração Escola Judicial	Secretaria da Administração; Divisão de Governança das Contratações e Obras; unidades sem servidores	PROAD	PLS PEI Resolução CNJ 347/2020 Resolução CSJT 364/2023	ad Hoc	
1.7	Elaboração do ETP/TR com especificações incompletas, requisitos insuficientes ou indevidamente restritivos da competitividade, informações incompletas ou mal detalhadas	Demandantes Equipe de planejamento da contratação	Coordenadoria de Compras Assessoria Jurídica	Proad o próprio ETP	normativos internos Lei 14.133/2021	monitoramento contínuo das contratações	
1.8	Desproporcionalidade na definição de sanção.	Demandantes Equipe de planejamento da contratação	Secretaria da Administração; Divisão de Governança das Contratações e Obras; Comissão de penalidade	PROAD	Manual de Penalidade	ad Hoc	
1.9	ETP não prevê ou não trata da exigência de garantia para objetos complexos e/ou de grande impacto para o órgão.	Demandantes Equipe de planejamento da contratação	Secretaria da Administração; Divisão de Governança das Contratações e Obras; Equipe de planejamento da contratação	PROAD	Manual de gestão, fiscalização e execução contratual	ad Hoc	
1.10	Falta de previsão e/ou deficiência na definição dos requisitos relacionados ao tratamento de dados pessoais no Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência ou Edital	Equipe de planejamento da contratação Coordenadoria de Licitações e Contratos	Secretaria da Administração; Divisão de Governança das Contratações e Obras; Equipe de planejamento da contratação	PROAD	Padronização requisitos no ETP e na minuta contratual	ad Hoc	
1.11	Não correção de itens pela área gestora/demandante, correção inadequada	Demandantes	Integrante administrativo Assessoria Jurídica	Proad email Reunião SIGEO	Item do PCA	Monitoramento contínuo PCA	
1.12	Atraso na finalização da análise dos documentos	demandantes equipe de contratação	Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad (relatório de levantamento de dados das contratações) Reunião	PCA - calendário PCA	monitoramento contínuo	
1.13	Pesquisa de mercado inadequada (ausência ceta de preços, ausência de normativo interno do procedimento); Orçamento base não reflete o preço de mercado	Coordenadoria de Compras Coordenadoria de Pregões	Coordenadoria de Licitações	Proad (relatório de levantamento de dados das contratações) Reunião	contratação (fracassada, deserta)	monitoramento contínuo	
1.14	Não envio de mensagem para TRT2 ou PRT15 ou não responder intenção de registro de preços enviada para compra compartilhada	TRT 2 e PRT15	Coordenadoria de Compras	Email Proad	notificação de intenção de compra compartilhada	sempre que houver a intenção de registro de preços	
1.15	Ausência de ratificação e realização da licitação com valor estimado indevido	demandantes coordenadoria de licitação	coordenadoria de compras	Proad	ciência e anuência do demandante com a estimativa de preço	em todas as contratações	

1.16	Atraso na finalização da minuta do edital	Coordenadoria de Licitação	Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad (relatório de levantamento de dados das contratações) Reunião	calendário das contratações PCA	monitoramento contínuo das contratações	
1.17	Falha na divulgação do edital e anexos (PNCP, extrato no DOU, jornal de grande circulação, site do órgão) - Art. 53, Lei 14.133/2024. bem como publicação dos documentos do certame no Portal Transparência	Coordenadoria de Licitação	Divisão de Governança das Contratações e Obras	PROAD E-mail	Criação check list com itens da publicação	ad Hoc	
1.18	Recebimento de pedidos de esclarecimento e/ou impugnações	Área demandante	Coordenadoria de Licitações	Proad da contratação	existência de dúvidas e não conformidades	ad Hoc	
1.19	Propostas dos licitantes não mantidas após a fase de lances	licitante	Coordenadoria de Licitação	Proad para penalização	infração à Lei 14.133/2021	ad Hoc	FASE SELEÇÃO FORNECEDOR
1.20	Contratação de licitante com restrições fiscais, trabalhistas e/ou legais de habilitação	Coordenadoria de Licitação	Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad da contratação	Check list dos documentos de habilitação	ad Hoc	
1.21	Fracasso na licitação ou ocorrência de licitação deserta	demandante secretaria da administração	Divisão de Governança das Contratações e Obras Coordenadoria de Licitação	PROAD reunião	resultado da licitação	ao final de todas as licitações	
1.22	Conluio entre os licitantes	licitante	Coordenadoria de Licitação	Proad para penalização	infração à Lei 14.133/2021	ad Hoc	
1.23	Conclusão da fase de seleção do fornecedor após a data em que deveria ser iniciada a prestação dos serviços ou fornecimento de materiais	Áreas demandante	Coordenadoria de Licitação Divisão de Governança das Contratações e Obras	Proad (relatório de levantamento de dados das contratações) Reunião	atraso no calendário das contratações; indicadores de prazos do macroprocesso das contratações	monitoramento contínuo	
1.24	Contratação realizada em desacordo com as diretrizes que tratam as normas de ética e integridade.	Áreas demandante	Secretaria de Auditoria Alta administração	PROAD e-mail	Descumprimento Política de integridade das contratação e Código de Ética	ad Hoc	FASE MONITORAMENTO PCA E PLANO DE CAPACITAÇÃO
1.25	Não realização do controle da execução do PCA e falta de dados para analisar os resultados	Divisão de Governança das Contratações	Secretaria de Auditoria Alta administração	PROAD auditoria	falta de indicadores falta de monitoramento	sempre que se perceber a falta de monitoramento das contratações	
1.26	Falta de capacitação adequada	alta administração Secretaria de Administração Escola Judicial	Secretaria da Administração; Divisão de Governança das Contratações e Obras	PROAD	PLS PEI Resolução CNJ 347/2020 Resolução CSJT 364/2023	anualmente, periodicidade do plano de capacitação	
1.27	Serviço prestado de maneira insatisfatória/ineficiente	Equipe de planejamento Coordenadoria de Licitações Equipe de fiscalização contratual	Diretoria Geral Secretaria da Administração	PROAD	falta de verificação dos requisitos do certame, falta de aplicação de penalidade	sempre que se perceber a falta de monitoramento das contratações	FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
1.28	Descumprimento da legislação trabalhista nos contratos com cessão de mão de obra	Contratada Secretaria da administração	Diretoria Geral Secretaria da Administração Coordenadoria de Contratos fiscal e gestor dos contratos	PROAD	Legislação Trabalhista	sempre que se observar irregularidades	
1.29	Incapacidade econômica da contratada para cumprimento das obrigações da contratação	Contratada Secretaria da administração	Diretoria Geral Secretaria da Administração Coordenadoria de Contratos fiscal e gestor dos contratos	PROAD	Legislação Trabalhista	sempre que se observar irregularidades	
1.30	Falta de pagamento salários nos contratos com cessão de mão de obra	gestor equipe da fiscalização/contratação Secretaria da Administração	Coordenadoria de Contratos	PROAD Email	Atraso pagamento salários	sempre que se observar irregularidades	
1.31	Perda de prazo para renovação de contrato ou de Ata de Registro de Preços.	gestor equipe da fiscalização/contratação	Divisão de Governança das Contratações e Obras Coordenadoria de Contratos	PROAD Email	Contrato (vigência e prazos contratuais)	de acordo com o calendário de execução das contratações no PCA	
1.32	Recusa da prorrogação por parte da contratada.	gestor equipe da fiscalização/contratação	Coordenadoria de Contratos	PROAD Email	Contrato (vigência e prazos contratuais)	de acordo com o calendário de execução das contratações no PCA	
1.33	Atraso na entrega do material ou na prestação do serviço.	Contratada Secretaria da administração	Diretoria Geral Secretaria da Administração Coordenadoria de Contratos fiscal e gestor dos contratos	PROAD	Atraso na entrega	sempre que se observar atraso	
1.34	Conflito de interesses por parte da equipe de fiscalização	gestor equipe da fiscalização/contratação	Coordenadoria de Contratos	PROAD Email Check list	Conflito de interesses	ad Hoc	
1.35	A contratada não manter as condições de habilitação pactuadas à época da licitação.	gestor equipe da fiscalização/contratação contratada	Coordenadoria de Contratos	PROAD Email Check list	Perda condições de habilitação	ad Hoc	